



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2020

ECONOMIA, RACISMO E FEMINISMO NEGRO: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS NA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA.

Juliana de Freitas Silva¹; José Raimundo de Oliveira Lima²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: julysofia.freitas@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: zeraimundo@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: economia popular e solidária; mulheres negras; estratégias de sobrevivências.

INTRODUÇÃO

O plano de trabalho teve como finalidade analisar em que medida a economia popular e solidária se apresenta como uma alternativa de trabalho e renda a fim de contribuir para a emancipação da mulher negra, bem como analisar a percepção dessas mulheres em relação ao processo de organização do trabalho do grupo em seguida investigar e compreender a relação de gênero dessas mulheres nos espaços familiar e do trabalho para então identificar o perfil socioeconômico das mulheres investigadas. O pressuposto acerca do problema é se a economia popular e solidária se apresentaria como uma alternativa positiva para as mulheres negras.

Esta pesquisa trabalhou com o grupo sabores do quilombo que é composto por mulheres, majoritariamente negras originárias de uma comunidade quilombola rural de Feira de Santana – Lagoa Grande. O grupo está em processo de incubação desde 2016 acompanhado pela Incubadora de Iniciativa de Economia Popular e Solidária - IEPS atualmente desenvolve as atividades de produção e comercialização de produtos da cultura local na cantina do módulo I do *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, orientada pelo campo de estudo de economia popular e solidária.

A maioria da literatura que trata sobre economia popular solidária aponta para uma alternativa ao desemprego. Por essa razão, tem particular relevância quando se trata de gerar trabalho e renda. Mesmo porque debate-se o aumento de grupos e experiências nesse campo a partir da reestruturação do capital. Partindo da ideia de que com o avanço do capitalismo, tem-se um aumento de pessoas desempregadas (GOERCK, 2005).

Pode-se dizer que a economia popular e solidária é uma possibilidade quando existe um aumento do desemprego. Neste contexto, para Goerck (2005) fica claro que quando existe uma mudança no processo produtivo os trabalhadores menos qualificados perdem os seus postos de trabalho. O mais preocupante, contudo, é constatar que com as transformações ocorridas no processo produtivo aumenta-se também a precarização do trabalho. Conforme explicado acima é interessante, aliás, observar que as mulheres são maioria no campo de economia popular e solidária, embora isso não esteja evidente nos dados da SENAES, uma vez que

[...] os documentos de apresentação dos trabalhos da SENAES não trazem qualquer referência à especificidade do trabalho das mulheres nem tampouco explicitam em seus objetivos qualquer perspectiva de gênero. (QUINTELA, 2006, p.24).

É importante ressaltar que as formas de organização de trabalho autogestionárias se baseiam em valores morais como a união e a solidariedade dos sujeitos para tentar uma fissura no capitalismo em contraponto ao individualismo do *mainstream* econômico, pode-se dizer que é um ponto frágil da economia popular e solidária. Dessa forma, conforme observado pela autora as formas de reprodução social permanecem inalteradas se as considerações sobre o trabalho reprodutivo feminino não forem levadas em consideração no campo da economia popular e solidária.

Pode-se dizer que para Goerck (2005) a união e a solidariedade dos sujeitos que compõe o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores da economia popular e solidária é o elo forte que possibilita uma alternativa de geração de trabalho e renda. Por outro lado, neste contexto, "os trabalhadores passam a controlar o trabalho e produção, mas estão submetidos às determinações do capitalismo" (PAGOTTO, 2019, p.80) fica claro a ambiguidade da lógica da economia popular e solidária. Conforme mencionado pela autora, por mais preocupante que sejam as ofensivas do capital contra a classe trabalhadora a economia popular e solidária ainda é uma solução possível para gerar trabalho e renda.

Ora, em tese, a solidariedade presente na economia popular e solidária, no Brasil, tem relação direta com as estratégias de sobrevivências adotadas pelos indígenas e africanos escravizados frente a ação violenta da colonização. Caso contrário, se não tivessem desenvolvidos formas de contornar o sistema escravista colonial significaria o extermínio, portanto, conforme explicado acima, adotar a solidariedade significou assegurar a sua existência e a de seus descendentes, por exemplo, o ganho de rua que era exercido, principalmente, por mulheres escravas ou libertas em que era possível acumular pecúlio para o seu uso ou até mesmo comprar a liberdade de seus pares.

Essas práticas organizacionais indicam uma vida social ativa dos escravos africanos a partir dos seus valores, que realimentavam os laços ancestrais, contribuindo na formação de uma prática comunitária popular que perpassava outros grupos étnicos (SANTANA JUNIOR, 2007, p.74).

O autor deixa claro que essas formas organizativas foram fundamentais para preservar a existência dos povos indígenas e dos africanos escravizados como forma de resistência. Esse é o motivo pelo qual é importante frisar que a economia popular e solidária não pode ser interpretada de forma unívoca, uma vez que em sociedades que foram colonizadas, como é o caso do Brasil, é considerável observar o processo de formação econômica e suas especificidades para não cometer o erro de importar formas eurocêntricas e tentar encaixar na realidade brasileira.

Sendo assim, a predominância de mulheres e sobretudo de mulheres negras nesse campo de estudo conhecido por economia popular e solidária pode ser explicada se considerar o que Pantoja (2008), diz sobre o comércio de rua, ou a *Kitanda* ser uma atividade essencialmente feminina e veio para o Brasil por meio do Atlântico, ou seja, é uma herança africana. Neste contexto, fica claro que era uma atividade praticada em África, exclusivamente por mulheres e que ao atravessar o atlântico sofreu algumas adaptações, como por exemplo era também executado por homens escravos ou livres.

A kitandas viraram quitandas quando as práticas dessas vendedoras atravessaram o Atlântico a bordo dos navios negreiros. Mas, por aqui, o negócio adquiriu outros contornos. Mulheres negras, escravas, forras e livres armavam seus tabuleiros nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e até no interior de Minas Gerais, vendendo produtos alimentícios e utilidades para o cotidiano dos habitantes (PANTOJA, 2008, p.01).

A autora deixa claro que as "quitandas" eram um acontecimento típico da África, principalmente entre o grupo étnico bantu, localizado na parte centro-ocidental do

continente africano, especificamente em Angola, conhecido com *kitanda*. Conforme citado acima, o mais importante, contudo, é constatar que essa herança foi passada de geração em geração e inserida como uma forma de estratégia de sobrevivência do povo negro.

Por meio da inserção de alguns produtos e alimentos para o consumo varejista, haja vista que a economia era voltada para o mercado externo, neste contexto o

[...] povo sofria uma carência crônica de produtos alimentícios, reflexo de uma economia voltada para a produção açucareira destinada a exportação, relegando a agricultura de alimentos a um plano secundário. [...] A desenvoltura das negras nesse setor preocupava as autoridades pela facilidade com que podiam estabelecer redes de atravessamento e outras atividades de que, de certa forma, dependiam a ordem econômica e política (SOARES, 1996, p.67).

À vista disso, conforme citado acima, a agilidade e habilidade das mulheres negras, escravas ou libertas preocupavam as autoridades locais, conforme indicado por Soares (1996), pois essas mulheres sofriam perseguições de fiscais para manter a documentação em dia. O mais inquietante, contudo, é constatar que em algumas ocasiões mesmo estando com a licença em dia, essas mulheres ainda assim sofriam coibição por parte do poder municipal.

É interessante, aliás, observar que as informações trazidas pelas autoras apresentam semelhanças com as atividades desenvolvidas no comércio de rua, em que há uma predominância de mulheres nessas atividades em sua grande maioria negras. Como bem nos assegura Durães (2012, p.79) "a rua, portanto[...]passou a fornecer um lugar de autonomia e, conseqüentemente, de resistência para os ex-escravos[...]". Não é exagero afirmar que o espaço da rua, ainda hoje se constitui como uma forma de trabalho e renda para o sustento de muitas (os) trabalhadoras (es) como, por exemplo, as (os) ambulantes e camelôs presente na maioria das cidades brasileiras.

Não menos importante que essa consideração, entretanto, é observar que uma atividade comercial trazida da África Central - *kitandas*, foi a base para a formação de uma classe de trabalhadores de rua que por meio das

Condições sociais similares vividas pelos negros, mestiços e brancos pobres (pelo grupo subalterno), que termina por conformar a gênese de uma classe, a classe dos trabalhadores livres (autônomos) de rua. Assim, o contexto do final do século XIX, em Salvador, possibilitou refletir sobre a formação de uma classe trabalhadora antes mesmo da formação da classe trabalhadora assalariada, por excelência, a classe operária, que virá com a industrialização. (DURÃES, 2012, p.90).

Vê-se, pois, que as ruas, conforme explicado acima, foi/é um espaço de convivência e sobretudo de sobrevivência das (os) africanas (os) em diáspora. É preciso ressaltar que esse pode ser um dos motivos de permanecer até hoje o discurso de "limpar" as ruas. Nesse sentido, é possível perceber como o racismo estrutura as relações sociais, o autor deixa claro essa afirmação ao mostrar como eram as condutas de perseguições e repressões feitas contra as (os) trabalhadoras (es) de rua. Logo, é indiscutível o fato de que essas mesmas práticas, ainda hoje continuam sendo cometidas contra esses mesmos corpos.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Pode-se dizer que pesquisa é uma interpretação da realidade que tenta alinhar a teoria e a prática no fazer ciência. Neste contexto, para Minayo (1994) o real ou a prática precede a teoria ou o intelectual.

Na pesquisa social não existe uma abordagem que se sobrepõe sobre outra, mas sim uma que se adéqua ao seu objetivo de pesquisa. Assim, reveste-se de particular importância a opção pela abordagem qualitativa levando em consideração a finalidade da

pesquisa. Sob essa ótica, a abordagem "[...] qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações" (MINAYO, 1994, p.22).

Conforme verificado por Thiollent (1986), a pesquisa-ação possibilita um maior conhecimento dos sujeitos investigados. Sob essa ótica, ganha particular importância ao ser o tipo de pesquisa realizada no processo de incubação, haja vista que envolve tanto os pesquisadores quanto os participantes da pesquisa na resolução ou não de um problema.

É interessante, aliás, observar que o processo de incubação por si só já direciona as (os) pesquisadoras (es) para o tipo de pesquisa a ser desenvolvido. Até por que, não parece haver razão para que outros tipos de pesquisa não sejam incorporados no decorrer do processo, essa, porém, é uma tarefa que deve haver concordância entre as (os) participantes da pesquisa assim como com a finalidade da pesquisa.

Como instrumento para coleta de dados utilizou-se o diário de campo, a fim de registrar as rodas de conversas que foram realizadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa com o grupo. Portanto, foi realizado dez encontros com o grupo saberes do quilombo de agosto de 2019 a fevereiro de 2020 em que teve como objetivo preparar o grupo para a desencubação – período em que encerra o processo de incubação, que em regra tem duração de quatro anos. Foi elaborado um roteiro de entrevista contendo 60 perguntas organizadas para alcançar o objetivo da pesquisa que seriam aplicadas de março a abril de 2020, porém com a declaração da pandemia de Covid-19 no dia 11/03/2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 13/03/2020 a UEFS adotou as medidas de distanciamento social para conter a proliferação de Covid-19.

Antes das medidas de distanciamentos serem adotadas já havia concluído oito entrevistas das 12, as quatro ficaram comprometidas devido a justificativa acima. Para tentar minimizar os efeitos da pandemia sobre a execução do plano de trabalho, realizamos leituras de referencial teórico e a transcrição dos áudios das atividades e entrevistas. Contudo, para esse resumo não serão utilizados os dados das oito entrevistas, pois entendemos que o trabalho só teria sentido com as 12 entrevistas completas. É importante ressaltar que os resultados obtidos com a análise dos dez encontros forneceram elementos para responder os objetivos do plano de trabalho.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

O plano de trabalho ganha particular relevância, quando observamos as contribuições de Pantoja (2008) e Durães (2012) ao expor a importância do trabalho de rua como forma de resistência da população negra. Ao fazer um paralelo com o que Goerck (2005) e Quintela (2006) nos apresenta como sendo a economia popular e solidária, não seria um erro, porém, atribuir analogia com as estratégias de sobrevivências desenvolvidas pela população negra.

A melhor maneira de compreender esse processo é observar a percepção das mulheres em relação ao processo de trabalho desenvolvido pelo grupo saberes do quilombo, uma vez que as mesmas conseguem identificar como são organizadas e qual é a proposta do processo de incubação tendo como base a economia popular e solidária. Isso é observado na fala de uma das integrantes do grupo ao questionar a reposição do fundo de reparo de manutenção durante o período de greve na UEFS¹

[...]na conversa o grupo achava que deve sim repor o valor e outra não, a gente tem que parar para ver, mas a minha questão é, diante da forma de trabalho que nós fomos apresentadas, aí eu falei se a gente tiver que repor o que é que diferencia da forma de trabalho comum por assim dizer né que a gente conhece que é do trabalho empresarial o que é que diferencia eu queria realmente saber de vocês? (Mulher, integrante 1 do grupo saberes do quilombo, 40 anos)

¹ A greve em questão é a deflagrada pelos docentes das UEBAS em 2019.

Vale destacar que, a indagação da integrante do grupo sabores o quilombo é pertinente, pois leva em consideração as formações realizadas pela IEPS durante esses quatro anos de incubação, por exemplo, ao questionar se deviriam ou não repor uma parte do fundo, já que o grupo ficou sem produzir e comercializar durante a greve dos docentes.

Pode-se dizer, conforme explicado acima, que a integrante do grupo sabores do quilombo conseguiu assimilar a sua prática de trabalho diária com os conceitos de economia popular e solidária, Goerck (2005) salienta que a concretização da economia popular e solidária se dar quando os grupos se organizam e suas práticas perpassam os princípios de solidariedade.

Durante os encontros com o grupo sabores do quilombo foi possível perceber que as atividades desenvolvidas no dia a dia do trabalho era o habitual de casa, isso se deve ao fato de a jornada de trabalho ser maior quando se é mulher. O fato de essas mulheres realizarem um trabalho fora do espaço doméstico não diminui a sua carga de trabalho dentro deste, Quintela (2006) aponta que isso é um dos desafios para quem trabalha diretamente com os grupos de economia popular e solidária.

Em uma fala de umas das integrantes durante um dos encontros a mesma relata, por exemplo, que "almoçou sentada na porta de casa" (Mulher, integrante 2 do grupo sabores do quilombo, 41 anos) e que ao voltar para casa depois do encontro teria que preparar a "carne que ficou em cima da pia" (Mulher, integrante 2 do grupo sabores do quilombo, 41 anos) para o esposo e filho. Esse e outros desafios são alguns exemplos ainda sem resposta para quem lida com a economia popular e solidária na prática, outro exemplo é o caso de uma das integrantes do grupo que engravidou, mas não pôde cumprir os quatro meses de licença maternidade porque a mesma não dispunha de recursos financeiros para garantir o afastamento do trabalho.

Diante dessas informações, cabem alguns questionamentos sobre a economia popular e solidária enquanto proposta de uma outra economia, pois a mesma apresenta aspectos ainda insuficientes no que diz respeito ao trabalho concretizado pelas mulheres fora e dentro do ambiente de trabalho, como licença maternidade, longas jornadas de trabalho que envolve, também, o cuidado da casa, conforme explicado acima o que se verifica é que a mudança proposta pela economia popular e solidária só abrange a sua organização interna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Por fim, podemos chegar à conclusão de que o que importa, portanto, é considerar a pluralidade de cada sociedade, por que considerar apenas a reestruturação do capital como um fator que intensificou a precarização do trabalho, é ignorar o fato de que já existia um contingente de pessoas que foram deixadas de fora do processo produtivo. É preciso ressaltar que a reestruturação do capital atingiu uma parcela específica da população brasileira que antes estavam integradas no processo produtivo e que foram expulsos devido a extinção de postos de trabalho. Mas essa análise não abarca os descendentes da diáspora africana que foram excluídos sem nunca terem sido, efetivamente incluídos.

De um modo geral é preciso reconhecer que as práticas do campo de economia popular e solidária engloba as (os) africanos em diáspora que adaptaram as formas de comércio praticadas na África conhecidas como *kitandas*, a novas formas de estratégias de sobrevivências no Brasil, que hoje é a forma de trabalho e renda de trabalhadoras e trabalhadores do comércio de rua.

Vale salientar que os recursos materiais no campo de economia popular e solidária enquanto uma proposta para outra economia que responda às questões de desigualdades em relação a mulheres e homens, no tocante a licença maternidade, a longas jornadas de trabalho, uma vez que o trabalho de cuidados são tarefas realizadas por mulheres, não é exagero afirmar que, quando a economia popular e solidária tiver condições para responder na prática

essas questões, então pode-se dizer que existe uma possibilidade para uma outra economia.

REFERÊNCIAS

DURÃES, B. J. R. Trabalho de rua, perseguições e resistências: Salvador no final do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 4, n. 7, p. 72 - 93, julho 2012.

GOERCK, C. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1 - 20, dezembro 2005.

JUNIOR, G. S. **A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista**. Universidade Federal da Bahia. Escola de. Salvador, p. 255. 2007.

MINAYO, M. C. D. S. Ciência,técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F., et al. **Pesquisa social: teoria,método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: vozes, v. 1, 1994. Cap. 1, p. 9 - 29.

PAGOTTO, C. O trabalho em cooperativas: precarização e luta social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 42, p. 69-82, jan/jun 2019.

PANTOJA, S. Da kitanda à quitanda. **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 38, p. 1 -3, set 2008.

QUINTELA, S. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. 1. ed. Rio de Janeiro: PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, v. 5, 2006.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: notas metodológicas**. Brasília, p. 48. 2016.

SOARES, C. M. AS GANHADEIRAS:mulher e resistência negra em Sâhrador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 1, n. 17, p. 57 -71, jan 1996.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 1986.